

Apresentação

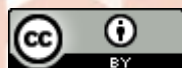
Dossiê Militância e vida cotidiana: os anos '60 e '70 no Cone Sul

Organização: Alejandra Oberti, Claudia Bacci, Cristina Scheibe Wolff e
Mariela Peller

Este dossiê é resultado do Simpósio **Militância e vida cotidiana: os anos '60 e '70 no Cone Sul** realizado em Buenos Aires (Argentina) sob os auspícios do *Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género* (IIEGE/FFyL/UBA) em setembro de 2012. Os trabalhos que o compõem abordam, a partir de diferentes perspectivas e disciplinas, a militância social e política dos anos '60 e '70 do século XX e as resistências às ditaduras focalizando especialmente as relações, muitas vezes tensas, entre militância e vida cotidiana, militância e gênero, violência política e subjetividade militante.

A rebelião estudantil, operária e juvenil desde os anos 1960, e as formas de contracultura e resistência social, cujo caráter global é inegável, se relacionou fortemente com a convicção de que a transformação social e política teria que ser radical. Essa convicção deu forma a certos modos de ação e implicação política que se definiram pelo uso de formas de expressão públicas massivas e territorializadas, assim como pela radicalização e militarização paulatina das práticas e discursos sociais. Já se ressaltou que os anos '60 são também aqueles em que se produziu a virada para a centralidade da experiência pessoal, exemplificada pelo *slogan* do movimento feminista “o pessoal é político”.

A situação das mulheres no interior desses movimentos políticos e sociais é uma das preocupações centrais do dossiê. Os trabalhos reinscrevem as mulheres dentro do contexto da militância para dar conta de sua participação em uma diversidade de âmbitos e das desigualdades de gênero presentes no interior das organizações. A intenção do dossiê, que enfoca a política a partir da cotidianidade, é, porém, oferecer uma visão que se afaste das figuras heroicas para aproximar-se



do passado a partir de outras coordenadas. Embora as mulheres militantes tenham sido mulheres com uma ampla atividade política, mulheres combatentes, mulheres que se somaram a todos os espaços de militância e que mostraram avanços importantes relativamente às gerações anteriores e às suas próprias contemporâneas, pensá-las a partir da dimensão do cotidiano permite enfocar a totalidade de suas vidas. Em outras palavras, permite colocar no centro da análise o caráter político do cotidiano. Trata-se de aspectos que nos estudos mais tradicionais referentes ao passado recente foram geralmente considerados secundários com relação àqueles que analisam o mundo da política em um sentido mais restrito.

Os trabalhos que compõem este dossiê, pelo contrário, prestam atenção especial ao fato de que nos horizontes de expectativas dos que militavam nos anos '60 e '70, estavam fortemente presentes – com um importante arco de variações em intensidades e ênfases – ideais transformadores radicalizados que incluíam propostas de mudanças na própria subjetividade. Exemplo disso é o caso das organizações políticos-militares que trabalhavam com a ideia do advento do *homem novo* para atar o político com as esferas da vida cotidiana e da afetividade. E é preciso sublinhar que estas últimas também foram objeto de atenção particular.

A categoria gênero se constituiu em chave de articulação. Embora cada um dos trabalhos evoque diferentes aportes teóricos, evidenciando o grande leque que hoje compõem os estudos de gênero e a teoria feminista, o gênero está presente como aquela noção que 1) demonstra que as identidades sexuais não se reduzem à biologia mas se refere à construção social da diferença sexual; 2) evidencia que as identidades de gênero são produto de representações e formas de poder que se impõem nos corpos através dos discursos sociais; 3) questiona a naturalização do feminino como uma essência ou uma ideia de mulher que a sujeita a um conteúdo homogêneo e invariável.

As perspectivas metodológicas dos artigos que se apresentaram no Simpósio e integram este dossiê são diversas, formando um quadro interdisciplinar para pensar o passado recente. Incluem ferramentas de análise de fontes documentais, da análise do discurso, da interpretação de testemunhos, do trabalho sobre problemas teóricos, da psicologia social e da história oral.

Nesta perspectiva geral, os trabalhos escolhidos para publicação neste dossiê abordam as experiências da militância política nas décadas de 1960-1970, centrados em tópicos específicos que tornam perceptível a imbricação e a tensa

relação do pessoal com o político dentro das diversas organizações de esquerda e de resistência no Cone Sul. Também tratam das múltiplas formas de resistência à repressão desencadeada pelas ditaduras na região, a partir de perspectivas que cruzam disciplinas e linhas temáticas, mostrando a produtividade de novos olhares sobre o período que se estende até os anos 1980.

O texto de Alejandra Oberti “As mulheres na política revolucionária. O caso do PRT-ERP na Argentina dos anos ‘70” analisa a militância nessa organização a partir de uma perspectiva dupla. Por um lado a participação das mulheres na guerrilha, especialmente a interpelação que a organização realiza e, por outro, a preocupação do PRT-ERP de pensar a subjetividade revolucionária entrecruzando a vida cotidiana com a política, em um contexto de construção de um modelo de militância no qual todos os aspectos da vida estavam implicados.

O artigo de Mariela Peller, “Vida cotidiana e militância armada nos anos ‘70 na Argentina: problemas conceituais e hipóteses de leitura”, examina as conceitualizações de autores que, a partir de disciplinas e perspectivas diversas (história, filosofia, marxismo, feminismo, entre outras), levantam questões relativas às definições e limites da cotidianidade com relação a outras esferas da existência humana. O caminho teórico percorrido tem como objetivo levantar ferramentas para a reflexão sobre os laços entre vida cotidiana e militância nos anos setenta na Argentina.

O trabalho de Brandi Townsend, “A psique democrática. O gênero, a saúde mental e a militância sob a ditadura de Pinochet”, analisa a tarefa dos profissionais de saúde mental associados com duas ONGs chilenas que nasceram em fins dos anos ‘70 para lutar contra a ditadura: a *Vicaría de la Solidariedad* e a *Fundación de Asistencia Social de las Iglesias Cristianas* (FASIC). A partir de uma perspectiva ligada a um enfoque familiar, esses profissionais ajudaram os presos políticos e suas famílias a “reconstruir a subjetividade”, recuperando instâncias de participação social e projetos políticos. Apesar disso, Townsend mostra como o enfoque disciplinar adotado teve como resultado um viés particular, visível nos relatórios de ambas equipes, que se centra principalmente nas problemáticas dos homens (militantes políticos que haviam sofrido a repressão), e pelo qual as experiências similares sofridas por mulheres militantes eram silenciadas ou secundarizadas.

O artigo de Leandro Basanta Crespo e Claudia Adrea Bacci, “Norma Arrostito. Mulher política. Sua construção subjetiva a partir da militância montonera” analisa a

figura de Arrostito em dois níveis. Por um lado, através de testemunhos de seus companheiros de militância, indaga como foi possível que tendo integrado o grupo fundador dos Montoneros (organização guerrilheira argentina), ela tenha sido aos poucos marginalizada da direção política, isolada de sua família, em situação de insegurança e solidão. Por outro, com artigos da imprensa partidária (*La causa peronista* e *El descamisado*), descreve os modos pelos quais a organização a foi construindo como uma figura mítica para o resto dos militantes, sobretudo para as mulheres. Em ambos os níveis, concluem os autores, a condição de mulher de Arrostito teve um papel determinante.

Por sua vez, “Mulheres universitárias, militância e vida cotidiana em Tucumán (1969-1972)”, de Silvia Nassif e Verónica Ovejero, aborda a militância estudantil de mulheres dessa província argentina e o impacto dessa militância em sua vida cotidiana. Em um período em que em Tucumán (Argentina) havia importantes manifestações dos setores populares contra a ditadura, as mulheres entraram na universidade e começaram a participar politicamente. Mediante técnicas de história oral, o artigo analisa testemunhos de militantes para compreender como sua militância política produziu transformações em sua cotidianidade, entre as quais se destaca uma nova percepção das desigualdades de gênero.

O trabalho de Javiera Robles Recabarren, “Clandestinidade e luta armada: um olhar de gênero”, estuda a participação das mulheres na luta contra a ditadura militar chilena (1973-1988), para compreender o funcionamento das relações de gênero dentro da militância, em um contexto de violência política. A partir do testemunho de “Mery”, uma mulher militante do braço armado do Partido Comunista, o artigo reflete sobre as formas pelas quais a memória e o relato da própria vida configuram a identidade dos sujeitos.

Sol Glik apresenta o texto “À sombra do Condor: arte, resistência e movimentos alternativos transnacionais durante as recentes ditaduras latino-americanas (1976-1983)” em que indaga sobre as formas cotidianas de resistência individual e coletiva desenvolvidas através da rede clandestina de movimentos alternativos transnacionais que conectou, entre outras, as experiências dos grupos de arte alternativa do *T.I.T (Taller de Investigaciones Teatrales)* da Argentina e o grupo brasileiro *Viajou Sem Passaporte*, ambos ligados à militância de esquerda. A partir de uma perspectiva transdisciplinar, o trabalho amplia não somente o horizonte geográfico do estudo, mas também suas possibilidades temáticas, abordando-as

como redes transnacionais de resistência cultural, implantadas por dentro do complexo quadro repressivo formado no Cone Sul pelas ditaduras dos anos setenta.

O texto de Ana Brancher “Ser revolucionária e escritora no Cone Sul durante os últimos governos ditatoriais – o gênero nas letras” alia a história à literatura ao intentar uma análise comparativa de obras e vidas de escritoras de vários países do Cone Sul que estiveram presentes como escritoras e militantes nos movimentos de esquerda e ao mesmo tempo, como mulheres, viveram esse momento em que o feminismo de segunda onda começava a aparecer no cenário destes países. O texto apresenta um panorama que demonstra a importância das escritoras, tão esquecidas no cânone literário, naquele momento de enfrentamentos.

Finalmente, em “Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989)”, Tamy Amorim da Silva e Cristina Scheibe Wolff discutem as trajetórias de três ativistas pelos direitos humanos: Carmen Lara Castro, do Paraguai, Therezinha Zerbini, do Brasil e Loyola Guzmán Lara, da Bolívia. Apesar das diferentes trajetórias dessas mulheres, suas histórias se cruzam a partir do momento em que abraçam a causa dos direitos humanos e fundam diferentes organizações que foram fundamentais na denúncia das violações a esses direitos cometidas pelos regimes militares nos três países e sua subsequente superação. Usando o gênero como uma estratégia de sensibilização e muitas vezes como uma espécie de proteção, essas mulheres fazem da dor privada uma bandeira pública de luta e resistência.

O debate gerado no Simpósio realizado em setembro de 2012 foi apenas um começo para uma discussão maior que a publicação deste dossiê na INTERthesis possibilita e para a qual todas/todos vocês estão convidadas/os.

Para finalizar gostaríamos de agradecer a Tamy Amorim da Silva sua ajuda na normalização dos artigos deste dossiê.

Alejandra Oberti, Claudia Bacci, Cristina Scheibe Wolff e Mariela Peller

Organizadoras